anuário antropológico
v. 46 • n. 1 • janeiro-abril • 2021.1

HAFSTEIN, Valdimar Tr. 2018. *Making Intangible Heritage. El Condor Pasa and Other Stories from UNESCO*. Bloomington: Indiana University Press, 206p.

DOI: https://doi.org/10.4000/aa.7712

Sara S. Morais • Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Brasil

ORCID: 0000-0003-1490-1232
sarasmorais@gmail.com

Mestre e doutora em antropologia social pelo Departamento de Antropologia da UnB. É técnica em antropologia do IPHAN, onde atua no Departamento de Patrimônio Imaterial. Realizou pesquisas em Moçambique sobre fluxos de moçambicanos que estudaram no Brasil e retornaram ao país de origem e, mais recentemente, sobre processos de formação da nação com foco na patrimonialização das timbila. Tem escrito artigos e capítulos de livros sobre esses temas e sobre patrimônio imaterial no Brasil e no continente africano.

Making Intangible Heritage, escrito por Valdimar Tr. Hafstein, professor de Folclore, Etnologia e Estudos Museais na Universidade da Islândia, é composto por cinco capítulos, um posfácio e uma conclusão. A análise crítica e reflexiva do autor torna este livro uma das mais recentes e estimulantes obras sobre o surgimento do patrimônio imaterial como conceito e categoria na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Tendo como eixo central a discussão sobre a criação de uma das mais importantes convenções dessa organização (Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade de 2003), a publicação apresenta ao leitor uma quantidade incomum de dados relativos não somente à implementação da citada convenção por vários países e sua consequente incorporação em pautas políticas, mas sobretudo questiona a sua efetividade e extrema padronização discursiva num universo de práticas e contextos culturais bastante diverso. Na condição dupla (e privilegiada) de pesquisador e representante do seu país em reuniões oficiais, e afastando-se da visão acrítica acerca dos auspícios moralizadores da Unesco, Hafstein desenvolve uma narrativa fascinante ao mostrar como as ideias de patrimônio imaterial e salvaguarda são interpretadas e apropriadas de distintas maneiras ao redor do mundo.

Nos últimos anos, avolumaram-se os estudos que buscam refletir sobre o paradigma salvacionista contido na ideia de salvaguarda do patrimônio imaterial. Nos fóruns internacionais promovidos pela Unesco – cujas deliberações influenciam em grande medida os discursos nacionais – acredita-se que o processo de intensa globalização e modernização contribua para extinguir práticas culturais tradicionais que se transmitem a cada geração, geralmente por meio da oralidade. O papel da Unesco a esse respeito, segundo Hafstein, é o de fabricar um novo sujeito coletivo (a Humanidade) e encorajar atores ao redor do planeta a se identificarem com essa comunidade imaginada e se sentirem responsáveis pelo bem-estar comum, cuidando do patrimônio que pertenceria a todos.

O viés antropológico do livro é particularmente produtivo na abordagem do tema, pois, para além do levantamento de documentos oficiais e da participação nas reuniões de discussão e implementação da Convenção de 2003, o autor explorou, em intervalos de reuniões, *coffee breaks* e conversas nos arredores da sede da Unesco com representantes de países diversos, outros tipos de linguagens e comportamentos (gestos, posturas, expressões e narrativas) privilegiados como dados de análise. Como resultado, temos um livro com informações variadas, além de instigantes reflexões construídas a partir de uma longa e recente bibliografia das Ciências Sociais voltada ao campo do patrimônio imaterial. Ao invés de tomar como pressuposto a necessidade de ações de salvaguarda, Hafstein questiona a construção dessa necessidade ao duvidar das propostas revestidas de boas intenções, ponderando para quais pessoas essas políticas são destinadas. O compromisso postulado pela Unesco em torno da preservação do patrimônio cultural no cenário internacional constitui-se para o autor como um projeto pedagógico, na medida em que envolve especialistas e profissionais dedicados à “educação” de diferentes povos acerca de valores relativos à sua identidade, lealdades e filiações.

O livro é categórico ao mostrar que, nas arenas em que se estabelecem ações envolvendo salvaguarda, sempre haverá intervenção e transformações.

Após uma Introdução (Capítulo 1), em que apresenta as questões mais gerais debatidas na obra, como as que apontei nos parágrafos anteriores, o capítulo 2 ("Making Threats. The Condor's Flight") discute um dos principais mitos de origem do patrimônio imaterial na Unesco. Trata-se de uma carta assinada por um Ministro de Estado da Bolívia enviada ao diretor-geral da Unesco em abril de 1973 na qual exortava aquela organização a tomar medidas urgentes em relação à apropriação indevida de músicas e danças tradicionais por parte de pessoas exógenas ao contexto cultural, que as registravam como se tratassem de suas próprias composições para auferir ganhos provindos da regulamentação de direitos autorais.

A demanda se pautava na contenda em torno da proteção de uma canção andina, "El Condor Pasa", interpretada pela elite boliviana como propriedade daquele país. Gravada pela dupla Simon e Garfunkel em 1970 como "uma melodia folk peruana do século XVIII" (p. 29), foi também gravada por artistas de vários países espalhados pelo mundo. Em 1933, a música havia sido inserida no Registro de Direitos Autorais nos Estados Unidos por um compositor e folclorista peruano. Diante desses dados, Hafstein reflete sobre a ambiguidade contida em processos de circulação de certas práticas culturais denominadas tradicionais e como elas são inseridas em dinâmicas de poder e transformadas em símbolos nacionais.

O capítulo 3, "Making Lists. The Dance-Band in the Hospital", trata das discussões institucionais que antecederam a aprovação da Convenção de 2003. A decisão em torno do formato de reconhecimento das expressões foi apontada por Hafstein como um dos assuntos mais controversos nas rodadas de negociações em Paris. Os confrontos entre delegados nacionais circunscreveram-se entre algumas proposições, incluindo uma lista com base no mérito, similar à Lista do Patrimônio Mundial de 1972. Embora esta última tenha sido alvo de críticas ferrenhas por parte dos representantes dos países, o modelo adotado pela Convenção de 2003 seguiu em grande medida seu *modus operandi*. Um outro mito de origem aparece neste capítulo: o papel do Japão no redirecionamento conceitual no campo do patrimônio.

O critério de autenticidade, utilizado pela Unesco na avaliação de patrimônios materiais a serem inseridos na Lista do Patrimônio Mundial, foi formalmente revisto em 1994 em reunião em Nara (Japão), envolvendo as mais representativas organizações internacionais do campo do patrimônio cultural. Tendo como referência os santuários xintoístas, reconstruídos de tempos em tempos não como práticas de conservação, mas como práticas rituais religiosas (p. 67), os participantes desse fórum estabeleceram que o critério de autenticidade variava de um contexto cultural a outro. Essa decisão teve um grande impacto nas políticas patrimoniais internacionais, sendo considerada um dos passos definitivos nas discussões que permitiram a incorporação do patrimônio imaterial na Unesco. Os exemplos de conservação desses monumentos no Japão e de construções no continente africano, que utilizam materiais específicos dos seus contextos culturais, foram marcadores importantes na virada política do campo da preservação

do patrimônio cultural.

Outro evento importante no contexto de criação do patrimônio imaterial foi abordado no capítulo 4, "Making Communities. Protection as Dispossession". Em 1990, autoridades públicas, homens de negócios e empreiteiros planejaram destruir prédios ao redor da Praça Jemaael-Fna (Marrocos) para construir um grande empreendimento comercial. Artistas e intelectuais criaram uma organização e pediram ajuda à Unesco para impedir a destruição da praça. Com o auxílio do diretor-geral da Unesco, foi organizada uma consulta internacional sobre a preservação dos espaços da cultura popular em Marrakesh, o que atraiu atenção para o problema. A praça não foi destruída e um dos principais argumentos utilizados pelas autoridades públicas era que o "avanço da globalização, urbanização e o crescimento do turismo" ameaçavam "a autenticidade dos atos e performances" (p. 94) no local. A criação de um espaço a ser salvaguardado foi acompanhado pelo surgimento de novas instituições sociais e de intervenções de programas que acabaram por transformar o local numa fonte de administração da população e de padronização estética. A reflexão sobre o patrimônio cultural como um campo de governança e o papel por ele desempenhado na criação de Estados-Nação modernos são um dos pontos fortes do capítulo. Nesse aspecto, destaco o argumento do autor que apreende o surgimento do patrimônio imaterial como uma política na produção de sentidos de pertencimento a uma coletividade denominada genericamente de comunidade.

O capítulo 5, "Making Festivals. Folklorization Revisited", discute de que forma a ideia de salvaguarda potencializou a realização de festivais para manifestações culturais variadas, como rituais de cura (foco em dados de uma pesquisa no Malawi) e aqueles destinados a práticas culinárias. O autor afirma que o próprio patrimônio imaterial pode ser considerado como um festival, na medida em que transforma e modifica certos elementos da dinâmica cultural para serem expostas e consumidas por um público muito mais amplo do que aquele que vivia em torno dessas práticas. A análise do capítulo está centrada em três processos cujas ocorrências auxiliam a compreender o fenômeno da inscrição de bens culturais na Lista Representativa da Unesco: festivalização, patrimonialização e folclorização.

A patrimonialização é a última das fases de expectativas de longo prazo no interior de esferas públicas, tendo a folclorização um papel importante nisso. Mesmo se afastando do discurso de autenticidade da Convenção de 1972, "o fantasma da autenticidade assombra a implementação da Convenção [de 2003] e retorna sob o espectro da folclorização" (p. 135). Ao inserir a realização de festivais em contextos históricos específicos, o autor conclui que a festivalização do patrimônio imaterial deve ser entendida como uma tecnologia para lidar com as consequências econômicas, sociais e políticas da modernidade. Nesse sentido, apresenta o que considero uma das mais importantes contribuições do autor para pesquisadores de áreas afins: o problema da idealização nostálgica da cultura popular e a reflexão de que o processo de folclorização é uma construção contemporânea.

Após um posfácio bem-humorado e provocativo ("Intangible Heritage as Diagnosis, Safeguarding as Treatment"), a Conclusão reforça os principais argumentos

do livro, enfatizando as justificativas que se impuseram na criação da Convenção de 2003 e apresentando os imperativos morais difundidos com sua publicação e implementação. Embora a conclusão se ressinta de reflexões teóricas mais aprofundadas, *Making Intangible Heritage* apresenta temas fundamentais da área de estudos sobre patrimônio imaterial a partir de uma abordagem e linguagem pouco usuais. O livro tem o mérito, assim, de transcender a discussão de questões tratadas exclusivamente por análises acadêmicas na Antropologia (desapropriação de espaços públicos, eleição de símbolos nacionais, direitos autorais e conhecimentos tradicionais), e apresentá-las como temas de interesse público, que devem ser pensados, também, para além dos muros da universidade.

Recebido: 22/05/2020
Aprovado: 02/06/2020